

A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*

Roberto Rodolfo Georg Uebel**

Economista formado pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Distintos autores das ciências sociais aplicadas, principalmente das ciências econômicas, estudaram e discorreram sobre o planejamento econômico da economia brasileira no período que vai desde a industrialização tardia — não cabe à presente resenha discutir se essa se encontra voltada à teoria de Furtado ou à de Peláez¹ —, no limiar da década de 30, até o final

* Texto recebido em mar. 2014 e aceito em jun. 2016.

Resenha da obra: GUDIN, E.; SIMONSEN, R. C. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3. ed. Brasília, DF: IPEA, 2010.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Open Acces (Acesso Aberto)

Revisora de Língua Portuguesa: Elen Azambuja

** E-mail: roberto.uebel@ufrgs.br

¹ Celso Furtado e Carlos Manoel Peláez são outros ferrenhos debatedores da formação e da estruturação econômica do Brasil e divergem quanto ao processo de industrialização do País. A análise de Celso Furtado sobre o crescimento industrial dos anos 30 e as críticas a ele formuladas por Carlos Manoel Peláez antecipam os principais argumentos utilizados nas teses a respeito da indústria na Primeira República e durante o Estado Novo. As críti-

do Estado Novo, com o presidente Vargas profundamente abalado por sua deposição. Contudo, nenhum autor chegou a uma discussão tão rica em detalhes e embasamentos teóricos quanto Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, que debateram, de forma veemente, a controvérsia do planejamento da economia brasileira e o liberalismo econômico.

O questionamento principal que permeia toda a obra fundamenta-se na pergunta motivacional de Simonsen, a qual questionava se a evolução econômica do Brasil já permitia esperar que o fortalecimento da economia nacional ocorresse normalmente. Assim, o ápice da discussão está centrado na visão da necessidade de planejamento econômico por parte do Governo Federal, defendida por Simonsen, *versus* a argumentação de Gudin em prol do aumento da produtividade e da melhoria na orientação e na alocação das poupanças, visando à formação de capital pelo setor privado e ao aperfeiçoamento da educação técnica. Em síntese, o debate centra-se em dois polos antagônicos.

De um lado, Simonsen propunha, como integrante e relator do Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (CNPIC), a ampliação da intervenção estatal na economia, através do planejamento e da adoção de medidas protecionistas às indústrias brasileiras. De outro, Gudin, defensor do liberalismo econômico, rejeitava, como relator da Comissão de Planejamento Econômico, as propostas de planejamento e o excessivo protecionismo governamental às indústrias brasileiras e sugeria reformas nas áreas monetária e fiscal e a restrição da atuação do Estado apenas a medidas corretivas das tendências desviantes do mercado.²

Simonsen advogava em prol da planificação da economia brasileira, visando à multiplicação, acima do dobro, da renda nacional. Partindo do pressuposto da impossibilidade de alcançar tal propósito, amparado na livre atuação das forças de mercado, o autor recomendava uma grande empreitada de investimentos governamentais na direção do planejamento da industrialização, sustentando ações protecionistas do Estado, o que agradava ao Governo, varguista à época, pois se tratava de período em que consta-

cas de Carlos M. Peláez a Celso Furtado, organizadas a partir de informações empíricas, tinham como alvo as conclusões de ordem política defendidas por Furtado. Peláez faz a crítica da chamada Teoria dos Choques Adversos, em especial, na formulação por ele atribuída a Furtado. Um estudo completo sobre esse debate pode ser conferido em Saes (1989).

² As disputas entre Gudin e Simonsen tiveram repercussão importante no Congresso, nos meios empresariais e na imprensa. As críticas de Gudin foram publicadas em livro, em março de 1945, sob o título **Rumos de Política Econômica** (GUDIN, 1945). Três meses depois, aparece a réplica de Simonsen, também publicada em livro, intitulada **O Planejamento da Economia Brasileira** (SIMONSEN, 1945). Em agosto do ano seguinte, Gudin volta à tona, com a publicação da **Carta à Comissão de Planejamento** (GUDIN, 1946), que encerra o debate.

tamos e corroboramos a criação de instituições promotoras do crescimento econômico e do desenvolvimento do capital humano³, *verbi gratia*, Petrobras, SENAI, Institutos Técnicos Federais e diversas outras escolas de cunho técnico.

Apesar de as estatísticas do Ministério do Trabalho servirem apenas como ilustração do estado de pobreza relativa do País, elas ganharam exagerado peso no parecer de Simonsen, o que permitiu a seus críticos contestarem os dados e o próprio relatório, que apontava ações políticas mais vigorosas. Dentre esses críticos, figurava Eugênio Gudin, e, a partir desse episódio, estabeleceu-se uma polêmica teórica entre ambos, que, em alguns momentos, escapou da frente político-ideológica-eleitoral — *vide* o relato de Mattos (2006) — e ingressou na esfera privada.

A apreciação de Gudin, exposta no primeiro semestre de 1945 e publicada no segundo semestre daquele ano como **Carta à Comissão de Planejamento**, como parte de seu livro **Rumos de Política Econômica** (GUDIN, 1945), foi extremamente crítica nesse parecer. Ele não só contestou a abordagem de planejamento efetuada por Simonsen, como também, segundo seus interlocutores, observou que o texto estava impregnado de ideologia. Alternativamente, sugeriu profundas modificações institucionais, como a criação de um Banco Central e a atuação sistêmica da política econômica, que, posteriormente, viria a ser questionada por Chieza e Gasparly (2014) em relação ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ademais, Gudin delineou alguns pontos relativos ao levantamento de dados e informações para a determinação das contas nacionais e do balanço de pagamentos, criticando, de forma exaustiva, a argumentação de Simonsen. Todavia, o mais relevante foi a sua discussão totalmente equivocada em favor do desenvolvimento econômico pautado nas livres forças de mercado, no aumento da produtividade e na melhoria da orientação e da alocação das poupanças, visando à formação de capital pelo setor privado e ao aperfeiçoamento da educação técnica. Tal questão foi posta à prova por outros economistas mais tarde, consoante Dib (2003), por exemplo, que remete o cerne do debate ao planejamento geral e orçamentário do Estado brasileiro.

Os princípios propostos por Gudin são os seguintes: uma vez atingido o “emprego total”, novos empreendimentos farão subir os preços, mas não farão crescer a produção. Para uma situação de inflação e de emprego to-

³ Capital humano é o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. O termo é utilizado também para designar as aptidões e as habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho.

tal, o remédio é estancar a inflação e não tentar aumentar a produção. A bandeira que precisávamos levantar no Brasil não era de “um plano” e sim da produtividade, não só na indústria, mas em todas as atividades econômicas. Em suma, o plano de Gudin era a produtividade.

Em junho de 1945, Roberto Simonsen replicou as críticas de Gudin em seu livro **O Planejamento da Economia Brasileira** (SIMONSEN, 1945), no qual reafirmou o caráter confiável das informações do Ministério do Trabalho, por ele utilizadas, e enalteceu as suas ideias por meio do uso mais de sua hábil retórica e menos de incursões científicas. Naquela oportunidade, reiterou a defesa do intervencionismo, em oposição ao liberalismo extremado de Gudin, de forma brilhante e lúcida, valendo-se da vasta cultura humanística e dos profundos conhecimentos de história que possuía.

Ao leitor atento e conhecedor das principais teorias econômicas, são facilmente perceptíveis, na argumentação de Simonsen, os artifícios doutrinários ou políticos em favor do protecionismo estatal. O documento final intitula-se **Carta à Comissão de Planejamento** (GUDIN, 1946), de autoria de Gudin e datado de agosto de 1945, ao apagar das luzes do governo de Vargas. Foi a tréplica que marcou também o efetivo encerramento das atividades da Comissão de Planejamento. Nela, Gudin reafirmava suas críticas às avaliações da renda nacional e sua decidida oposição ao planejamento e ao protecionismo, como bem discutiu Rodrigues (2005) em sua obra.

O epílogo dessa árdua batalha intelectual e ideológica conduz à constatação de que, para Gudin, era atrasada e perniciosa qualquer ideia de planejamento econômico por parte do Estado; no entanto, para aumentar a produtividade, observamos que é necessário, sim, planejamento. Em sua tréplica, que marcou o encerramento das atividades da Comissão de Planejamento, Gudin reafirmou suas críticas às mensurações da renda nacional, sua oposição ao planejamento e ao protecionismo estatal e a linha de apoio intransigente ao livre mercado. Roberto Simonsen, apesar de seu cabedal intelectual, não teve condições de avaliar o denso conteúdo de algumas das análises e propostas de políticas econômicas feitas por Gudin, maior conhecedor de Economia no Brasil, naquela época.

É importante reter que os dois gigantes do pensamento econômico brasileiro colocaram suas iniciativas públicas e privadas, além de suas densidades intelectuais, à disposição da ampliação das fronteiras do conhecimento econômico e dos agentes sociais. Eugênio Gudin era, antes de tudo, um economista brilhante. Roberto Simonsen era um erudito, humanista e historiador, além de homem público e político experiente. Nas palavras de Ronci (1998), ambos poderiam ser considerados neoclássicos, mas, acima de tudo, suas ideias foram pilares de sustentação e discussão econômica

para os governos — democráticos e ditatoriais — que vieram nas décadas seguintes.

Assim, concluímos que o debate promovido por esses dois intelectuais e eternos estudantes da economia brasileira abriu um leque de discussões entre escolas de pensamento socioeconômico. Contudo, faz-se necessário apontar que o principal erro da obra provém justamente do fechamento e da aversão às ideias contrárias por parte de seus debatedores, pois notamos, na contemporaneidade econômica brasileira, uma junção das ideologias de ambos: nossa economia é “mista”, temos um livre mercado com certa intervenção estatal e planejamento econômico, dependendo das especificidades regionais e econômicas. Não podemos negar o brilhantismo da obra analisada e o rico debate entre os seus autores; todavia, tanto Simonsen quanto Gudin pecaram ao refutar cegamente as ideias dos seus opositores. Não desejamos aqui uma síntese neoclássica ou uma aceitação geral de ideias; porém, se ambos tivessem inserido em suas teorias as críticas um do outro, com certeza chegariam a um denominador comum sobre o desenvolvimento industrial e econômico brasileiro, mudando, dessa forma, os rumos interpretativos que permearam o referido desenvolvimento.

Referências

CHIEZA, R. A.; GASPARY, D. A atualidade da controvérsia do planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin e os paradoxos do modelo econômico de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010). **Iberian Journal of the History of Economic Thought**, Madri, v. 1, n. 1, p. 19-41, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/IJHE/article/view/46643/43791>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

DIB, D. A controvérsia do planejamento na economia brasileira: a retórica como instrumento de transmissão de crenças. In: GALA, P.; REGO, J. M. (Org.). **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia**. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 251-282.

GUDIN, E. **Carta à Comissão de Planejamento**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1946.

GUDIN, E. **Rumos de política econômica: relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre a planificação da economia brasileira**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945.

GUDIN, E.; SIMONSEN, R. C. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3. ed. Brasília, DF: IPEA, 2010.

MATTOS, P. de O. de. O debate político intelectual na campanha presidencial de 1950. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. p. 1-7. Disponível em: <[http://rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/ic/Pablo de Oliveira de Mattos.pdf](http://rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/ic/Pablo%20de%20Oliveira%20de%20Mattos.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2016.

RODRIGUES, C. H. L. **A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin**. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000375903>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

RONCI, M. Contribuição de Simonsen à economia política brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. especial, p. 137-145, fev. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/709/1955>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SAES, F. A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 20-39, dez. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300003>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SIMONSEN, R. C. **O planejamento da economia brasileira**: réplica ao Sr. Eugênio Gudin, na Comissão de Planejamento Econômico. São Paulo: [s.n.], 1945.